

**CONHECENDO NARRATIVAS, TECENDO HISTÓRIAS SOBRE BRASÍLIA –  
POSSIBILIDADES E LIMITES DO TRABALHO COM A HISTÓRIA ORAL**

Viviane Gomes de Ceballos

UACS/CFP/UFCG

[vgceballos@cfp.ufcg.edu.br](mailto:vgceballos@cfp.ufcg.edu.br)

Narrar histórias, pensar trajetórias e construir elaborações sobre o passado são tarefas inerentes ao trabalho do historiador. Tarefas que exigem um diálogo constante com documentos, memórias, textos, autores, o que pressupunha identificar e dialogar também com o arcabouço conceitual que informa cada um desses discursos. Assim, diante de “um quadro vivo resultante da recusa em bani-los de antemão ou de cristalizá-los como paradigmas; uma atitude respeitosa em relação às posições assumidas, ainda quando delas discordamos” (BRESCIANI, 2009, p. 183), assumimos essa postura também, e talvez, sobretudo, às fontes de pesquisa com que tem que lidar o historiador.

Na minha trajetória acadêmica, ainda incipiente, procurei assumir esse compromisso de localizar as fontes e os meus interlocutores em seu tempo e espaço, e realçar a importância de cada um deles para a construção e problematização do meu objeto de estudo. A proposta de estudar Brasília a partir da memória de moradores de Sobradinho, uma de suas cidades-satélites, apresenta a necessidade de discussão de conceitos, procedimentos e mesmo recortes que são de fundamental importância para o trabalho. A saber: (a) a relação entre memória e história – entendida em toda a sua complexidade. Para muitos historiadores a memória constitui uma fonte “imperfeita”, no entanto, “são precisamente essas imperfeições e essas falhas que legitimam a transformação da memória em objeto da história” (FRANK, 1992)<sup>1</sup>; (b) a produção e posterior trato das fontes orais – que deve considerar as diferentes temporalidades inerentes a este trabalho; (c) pensar o urbano em sua complexidade e como parte instituinte e constituída pelas diferentes trajetórias dos passantes que o vivenciam cotidianamente; (d) pensar os debates e embates políticos que norteiam as decisões em

torno de propostas de intervenção ou mesmo de conformação e uso do espaço urbano na cidade de Brasília; (e) enfim, perceber as inúmeras possibilidades de entendimento e de elaboração de leituras sobre Brasília que podem ou não estar impregnadas de um imaginário construído para aquela cidade.

Neste sentido, essas questões puderam ser pensadas a partir de referenciais outros e de perspectivas outras que não apenas aquelas que já norteavam a minha prática de pesquisa. Compartilhando da idéia apresentada por Jeanne Marie Gagnebin no prefácio ao volume I das “Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política”, em que afirma que, para Benjamin, “a reconstrução da experiência deveria ser acompanhada de uma nova forma de narratividade” (GAGNEBIN, 1994, p. 09) este texto busca discutir a relação existente entre experiência, narratividade e memória como possibilidade de entendimento das trajetórias trilhadas pelos diferentes indivíduos que compõem uma coletividade e a forma como se apropriam das imagens que parecem caracterizar essa mesma coletividade a partir de duas questões apresentadas acima: a relação entre a memória e a história e a reflexão sobre a fonte oral.

Pensar a relação entre memória e história é deparar-se com uma complexidade de entendimentos e de procedimentos que norteiam o trabalho do historiador. “A memória constrói o real, muito mais do que o resgata” (SEIXAS, 2001, p. 39), é presentificação do passado, (re)elaboração, (re)construção de uma experiência vivida. A memória não traz de volta a experiência vivida, mas constrói uma elaboração, uma digressão sobre essa mesma experiência. O falar, o narrar – embora impossibilitado pela vida moderna, como afirma Benjamin – constrói uma unicidade e uma lógica cadencial para os acontecimentos que não existia no momento em que a experiência se deu. Esse “algo único” de que nos fala Jacy Seixas, é essa possibilidade que a memória tem de permitir uma organização de fatos descontínuos, uma ordenação mesma da vida em torno de expectativas e de questões presentes.

O rememorar é, então, entendido como um ato político e intencional de formulação de uma imagem sobre o passado e sobre a experiência vivida, seja ela entendida na individualidade ou mesmo na coletividade. Um ato que não prescinde da marca do seu narrador, do seu enunciador. A narrativa traz em si “impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso da argila.” (BENJAMIN, 1989, p. 107) Essa impressão remete, inclusive, a uma noção de tempo que varia de acordo com a situação vivenciada. Para Bergson, a mesma *durée* pode ser vivenciada de

formas distintas – pode parecer interminável se vazia de significado, ou ainda, parecer um momento fugaz se plena de intensidade psicológica. (BENJAMIN, 1989)

Aqueles que são incitados a lembrar dão à sua memória contornos próprios dessa vivência, uma vez que “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”. (BOSI, 1994, p. 20) Para Halbwachs, por exemplo, não há a possibilidade de se lembrar de um evento tal como ele ocorreu, pois a depender dos quadros sociais presentes a que está ligado o indivíduo ou o grupo, a memória se desestrutura, ou seja, o presente interfere, ou mesmo direciona, o olhar que é lançado ao passado. Pensar na estreita relação entre passado e presente quando se fala de memória é pensar também em como se constitui a sua dimensão temporal. Passado e presente estabelecem uma relação de reciprocidade na medida em que constituem partes integrantes do processo do recordar. Aquilo que Bergson chama de presentificação da *durée* seria o processo de apropriação mesmo das lembranças e transformação dessa experiência em memória voluntária. Benjamin chega a afirmar que esse processo de presentificação seria uma forma, também, de amortização do choque das experiências vividas pela uniformização dessas experiências em uma narrativa coerente, mas que “não pode contudo evitar que nela persistam a existência de fragmentos desiguais e privilegiados.” (BENJAMIN, 1989, p. 136) Por mais coesão que se tente dar a recordação de um fato esse processo implicará sempre em imperfeições, em lacunas que são inerentes a qualquer tipo de narrativa.

A memória, portanto, é um exercício de reconstrução do passado, um exercício de racionalidade. É isso que, para Halbwachs, possibilita que a memória individual não se torne inacessível. Isso, contudo, não implica dizer que essa mesma memória não esteja perpassada por sentimentos, ilusões ou mesmo por discontinuidades. A lembrança individual não encontra respaldo fora do grupo ao qual o indivíduo faz parte no presente, é o conjunto de informações que o formou que constitui suas lembranças. “Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade”. (HALBWACHS, 1990, p. 34) O indivíduo, assim, é sempre subsumido aos grupos, o sujeito da memória é a sociedade e não o indivíduo.

A história se coloca fora dos grupos que viveram aqueles acontecimentos e cria ligações artificiais entre eles. Há uma multiplicidade de tempos tantos quantos são os grupos que compõem a sociedade. Mas nenhuma dessas consciências coletivas de tempo se impõe a todos os outros grupos. Ou seja, não há como falar em uma memória universal, como pretende a história, pois, como afirma Proust “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.” (GAGNEBIN, 1994, p. 15) O trabalho com a memória e com a história oral implica considerar as inúmeras temporalidades que as compõe: da experiência vivida, da experiência rememorada, do presente em que rememora, e do presente do historiador quando se dedica a estudar essa rememoração.

Para o historiador o momento de elaboração de seu corpo documental é fundamental para sua análise. O seu conteúdo é um dos aspectos imprescindíveis nesse processo, mas está longe de ser o único ou o determinante. A obra histórica só pode ser entendida no seu lugar de produção, no entanto, Michel de Certeau, afirma que além do lugar, a operação historiográfica depende de uma prática. O historiador – que tem o tempo como material de análise ou como objeto específico – trabalha “de acordo com os seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons, etc.) que distinguem, no continuum do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma ‘ciência’. Trabalha sobre um material para transforma-lo em história”. (CERTEAU, 2002, p. 79)

O historiador transforma seus instrumentos de análise em história, e por isso entende que o documento não fala por si só, não traz uma verdade implícita. O passado é, então, um produto e não um dado. As fontes são produzidas pelo historiar, não por um *a priori*. É o historiador quem constrói sua coleção, quem atribui a um conjunto de vestígios o estatuto de fonte, “não se trata de fazer falar os documentos e dar voz a um silêncio ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma coisa outra que funciona diferentemente”.(CERTEAU, 2002, p. 83) Assim, por mais que os historiadores tentem jamais será possível reconstruir o tecido esgarçado da história, de que fala Duby. Cada modelo, por mais completo que se declare, abrirá outras fendas, deixará transparecer outros limites que constituem o trabalho mesmo do historiador.

Brasília fora edificada historiograficamente como marco divisor de águas na história do Brasil. Uma cidade construída para “fazer a diferença”. As discussões em

torno da interiorização, definida pela documentação como o “magno problema”, conferem à Brasília uma historicidade e um significado que extrapola, ou melhor, exacerba as expectativas em torno de sua edificação. Expectativas essas criadas a partir dos valores que são atribuídos à cidade e a seus monumentos por aqueles que vivem a cidade e a constituem. Motivados por um imaginário de possibilidades muitos brasileiros migraram para Brasília em busca de melhores condições de vida, em busca de oportunidades. Meu trabalho de pesquisa intenta mapear as falas de alguns desses homens e mulheres que permitam ter acesso a essa cidade a partir das falas de seus consumidores satélites, perceber como e quais são os sentidos e valores que eles atribuem à cidade inaugurada. Um de meus objetivos no trabalho de doutoramento é o de estimular as pessoas a lembrarem da experiência vivida quando da migração para Brasília, bem como de perceber os deslocamentos que essa memória assume por um processo mesmo de presentificação dessa experiência na medida em que narram essa vivência passada e como ela se relaciona com o presente vivido. Ao historiador, cabe lançar mão da história oral como forma de ter acesso a essas narratividades. No entanto, o trabalho com a história oral (memória-fonte) pressupõe que ela “pode e deve ser tratada pelo historiador como uma fonte comum, com a condição, sem dúvida, que ele crie uma metodologia particular, adaptada aos objetivos de sua pesquisa.” (FRANK, 1992)<sup>2</sup>

Cada projeto, cada pesquisa em história oral apresenta diretrizes próprias de trabalho. Não há uma regra pré-estabelecida. O trabalho com história oral é dinâmico, para cada regra aparece uma exceção, ou seja, para cada projeto a história oral apresenta possibilidades e limites com que o historiador terá que lidar. “As memórias de testemunhas são fontes tão ricas que não podem ser ignoradas nas pesquisas históricas. Entrevistadores devem estar atentos as peculiaridades da memória, prontos para lidar com ela, conscientes de suas limitações, e abertos para suas riquezas.”(RITCHIE, 1945, p. 14)<sup>3</sup> Por outro lado, para o entrevistado, é importante que a sua memória seja “respeitada”. Na medida em que a narrativa que ele fará dos acontecimentos, ou do período solicitado pelo pesquisador, terá os contornos e a cronologia próprias de sua memória, daquilo que tem importância e centralidade para ele. O que nos remete a um outro aspecto fundamental da história oral – a subjetividade. A princípio pode parecer óbvio mencionar o caráter subjetivo da fonte oral (que a meu ver se estende por toda e qualquer categoria de fonte que pressuponha a elaboração de uma narrativa), no entanto, é preciso entender essa subjetividade não apenas relacionada ao conteúdo mesmo da

narrativa memorialista, mas no próprio processo de constituição da memória enquanto fonte de pesquisa – a entrevista traz a tona um passado filtrado pelo presente daquele que rememora.

A fonte oral é contemporânea do historiador e não do evento narrado. Não há somente diversas temporalidades constituindo a fonte oral, mas há também diversas subjetividades, uma vez que o historiador/oralista participa da produção da fonte oral, numa relação de intersubjetividade com o seu interlocutor. “A história e a memória se apropriam do passado; uma para analisá-lo, decifrá-lo, desmistificá-lo, torná-lo inteligível ao presente; a outra, ao contrário, o sacraliza, lhe confere uma coerência mítica por se referir a este mesmo presente, afim de dar visibilidade a um indivíduo ou a um grupo. A história é crítica por sua constante busca pela verdade; clínica ou totêmica, a função da memória é a construção ou reconstrução de uma identidade.” (FRANK, 1992)<sup>4</sup> Assim, pensar Brasília a partir da fala dos moradores das cidades-satélites implica refletir sobre essas várias temporalidades e subjetividades que estão envolvidas no processo de historiar. A experiência de hoje lembrar sobre um fato passado, ocorrerá mediante o estímulo de questões colocadas pelo historiador/entrevistador, de fotografias apresentadas ou mesmo de um passeio pelas ruas da cidade, no entanto, essa será uma memória perpassada pelos limites que o historiador acaba colocando para o seu colaborador no momento da entrevista. Tenho clareza de que também, enquanto pesquisadora, terei que lidar com uma série de outros limites que se apresentarão no decorrer da pesquisa, mas que entendo como inerentes ao processo tanto de produção da fonte oral, quando do trabalho de instrumentalização e de produção de um saber historiográfico a partir dessa mesma fonte.

Hoje o ato de narrar depende dos equipamentos que dão suporte à captação de saberes através das narrativas/entrevistas. O homem moderno não tem mais tempo para narrar a sua história – ele possui apenas flashes de sua história, de sua vida, e não consegue uni-la em uma narrativa coerente. “O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocado o fato: tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce da memória e se projeta na imaginação, que, por sua vez, depois de articular estratégias narrativas, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita.” (MEIHY, 2005, p. 61) Vivemos um tempo em que impera a ditadura do escrito, é o documento escrito o que vale, a narrativa oral ainda é mantida num estatuto de descrédito e de inferioridade frente ao documento escrito. Devemos, assim, aprender a ouvir as pessoas com a cumplicidade de quem quer colaborar, deixar que o

colaborador construa a sua narrativa, a sua rememoração do passado (ou mesmo do presente) dando a ela o molde que julgar mais adequado.

Ao colaborador cabe a construção e a tecitura da narrativa da forma que achar mais adequada para os contornos que quer dar à sua memória. Diferentemente dos historiadores, o colaborador não tem uma preocupação em entender ou mesmo explicar os fatos que narra ou as conexões que estabelece entre eles – essa é uma característica marcante da narrativa para Benjamin. (1989, p. 203) A riqueza da oralidade, para o historiador, está em identificar esses contornos e a importância deles para a elaboração da narrativa do colaborador. Assim, os meus interlocutores ao falarem de Brasília e da relação que estabelecem com essa cidade vão me conceder não apenas o conteúdo mesmo de sua narrativa memorialística, mas os silêncios e as inquietudes que vivenciam no exercício de lembrar.

Diante desses desafios, o trabalho com a história oral apresenta uma série de possibilidades (e limites) ao historiador na medida em que os passantes também constroem significados para a cidade. Ela se transforma pela experiência desses homens e mulheres que se transformam nela, que deixam marcas nela e se deixam marcar por ela. Uma vez que, compartilhando a ideia apresentada por Natália Brayner, entendo que é a memória dos moradores que faz com que eles percebam na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. (BRAYNER, 2004)

---

<sup>1</sup> No original: “ce sont précisément ces imperfections et ces défaillances que légitiment la transformation de la mémoire em objet d’histoire”

<sup>2</sup> No original: “peut et doit être traitée par l’historien comme une source ordinaire, à la condition, sans doute, qu’il invente une méthodologie particulière, adaptée aux objectifs de sa recherche.”

<sup>3</sup> No original: “The memories of direct participants are sources far too rich for historical researches to ignore. Interviewers must be aware of the peculiarities of memory, adept in their methods of dealing with it, conscious of its limitations, and open to its treasures.”

<sup>4</sup> No original: “L’histoire et la mémoire s’emparent du passé, l’une pour l’analyser, le décortiquer, le démythifier, le rendre intelligible au présent, l’autre au contraire pour le sacraliser, lui donner une cohérence mythique par rapport à ce même présent, afin d’aider l’individu ou le groupe à vivre ou à survivre. Critique, l’histoire a pour but la recherche de la vérité; clinique ou totémique, la fonction de la mémoire est la construction ou la reconstruction d’une identité.”

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

\_\_\_\_\_. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: *Obras escolhidas III – Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 103-150.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Um possível diálogo entre (e com) os intérpretes do Brasil”. In: SOIHET, Rachel (org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 161-184.

CERTEAU, Michel de. “A Operação Historiográfica”. In: *A Escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008, pp. 65-122.

FRANK, Robert. “La mémoire et l’histoire”. *Cahier de l’IHTP – La bouche de La Verité? La recherche historique et les sources orales*. nº 21, novembre 1992. Disponível em 17/06/2009 – <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle233&lang=fr.html>.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta”. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 7-20.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RITCHIE, Donald A. *Doing oral history*. New York: Twayne Publishers, 1945.

SEIXAS, Jacy Alves de. “Percursos de memórias em terras de história: problemáticas autais”. In: BRESCIANI, M. S. M. & NAXARA, M. (orgs.) *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 37-58.